



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETARIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIV - Nº 277 - DE 01 A 15 DE MARÇO DE 2004 - R\$ 1,50

Manifesto do POR: Governo do PT/Lula repete a corrupção de todo governo burguês

Lula/PT: Cadê os 10 milhões de empregos?

Chega de demissão! Emprego para todos!

ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO

(divisão de todo o trabalho disponível entre os que possam trabalhar)

Unir empregados e desempregados numa só luta!

**Tendências da crise econômica mundial e nacional
Reforma Universitária: crítica à proposta reformista**

**Haiti:
Rebeldes depõem
presidente e
imperialismo
ameaça intervir**



Internacional: Resoluções políticas do Congresso Nacional do POR boliviano

Quinzena de Lutas

A resistência dos Trabalhadores da FLAKEPET

A FLAKEPET (fábrica de reciclagem de garrafas pet em Itapevi) estava parada desde outubro e sem pagar os trabalhadores, quando o patrão sumiu deixando uma dívida superior a 50 milhões de reais. O patrão, Sr. Maurício Noquette, alegou prejuízos, parou a produção e mandou os trabalhadores, sem salário, ficarem aguardando uma solução.

No dia 9 de dezembro, os trabalhadores decidiram, em assembléia, ocupar a fábrica. Os operários, não sem dificuldades, estão conseguindo aos poucos colocar a fábrica em condição de retomar plenamente a produção. Agora, o burguês entrou com pedido de reintegração de posse alegando uma série de calúnias, ameaçando inclusive o uso de força policial. No dia 26 de fevereiro, às 18:10 horas, escoltados por um camburão da polícia e por um carro com dois seguranças chegaram juntos, no mesmo carro, um oficial de justiça e a advogada do patrão, aos portões da Flakepet, para entregar a ordem de reintegração de posse. Diante da firmeza e demonstração de força e coragem dos operários e operárias da fábrica (que contaram com a solidariedade de correntes políticas de esquerda e sindicalistas que permaneceram na fábrica) a comitiva da patronal (advogada e seguranças) e o oficial de justiça que se retiraram dos portões da empresa, mas poderão retornar a qualquer momento.

Não basta ocupar nosso objetivo é o controle operário

O exemplo da ocupação da Flakepet não é o único: a Cipla/Interfibra (Joinville/SC) e a Flaskô (Sumaré/SP) são outros exemplos. Normalmente, quando os operários passam a controlar a fábrica procuram novamente colocar a produção em movimento, negociam com compradores, vendedores e bancos a continuação da produção e, quando conseguem, iniciam a produção num sistema cooperativado, nos mesmos moldes do sistema capitalista. É evidente que

este é um grande passo para o controle coletivo da produção, pois ensinam aos operários de que eles podem gerir a produção. Mas não se pode deter aí. Este não deve ser o nosso fim. Devemos lutar para generalizar e unificar as ocupações de fábrica e os representantes destas devem organizar órgãos de gestão conjuntas coletivos formando assim um embrião da produção coletiva, do controle operário da produção. O objetivo tem de se levar à luta de classe com a finalidade de expropriação da propriedade privada, e não a gestão cooperativada e inserida no capitalismo.

O Escândalo da Parmalat põem em risco os operários

Com problemas desde o final de 2003, a Parmalat brasileira atrasou no mês de fevereiro o salário dos seus 6 mil funcionários.

No início de fevereiro, a fábrica de processamento de leite em Itaperuna (RJ) parou de funcionar, o mesmo aconteceu com a fábrica de Jundiá (SP).

No dia 13 do mês passado, o judiciário interviu na empresa colocando como interventor Keyler Carvalho Rocha. Este reorganizou a direção da empresa, cancelou as 118 demissões que a antiga diretoria iria fazer mas a situação da empresa é preocupante, principalmente entre as cooperativas de leite que não vem sendo pagas pelo seu produto, algumas estão sendo pagas em produtos (leite em pó e leite condensado).

CUT propõe plano para Parmalat

No dia 1º de março, o presidente da CUT, Luiz Marinho, vai se reunir com o interventor para discutir a situação da empresa e apresentar as propostas da CUT para a superação da crise na empresa e a continuidade de suas operações no país. O encontro, solicitado pela CUT, terá também a presença do presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação da CUT, Siderlei Silva de Oliveira, e de representantes da Contag. A CUT levará ao interventor a proposta de

transformação da Parmalat em uma Cooperativa Central de Produção e em cooperativas regionais, como forma de garantir trabalho e renda para todos os funcionários e fornecedores da empresa.

A crise da multinacional é de responsabilidade do Estado

A quebra da Parmalat, no Brasil, é o reflexo das falcatruas, endividamento e falência da multinacional italiana. Envolve os maiores bancos norte-americanos e europeus. Os trabalhadores devem lutar pela expropriação imediata da Parmalat, sem indenização ou pagamento de dívidas a banqueiros, e estabelecimento do controle operário da produção.

Os Bancos foram os que mais lucraram

Os sete maiores bancos brasileiros - excluindo-se o Banespa — aumentaram seus lucros em média 19,7%, com respeito aos balanços de 2002. Com recordes históricos, esses lucros foram gerados basicamente na operação com títulos da dívida pública do governo, na exploração de tarifas bancárias, na especulação predatória e na exploração daquilo que já foi gratuito. Mesmo os bancos estatais entraram nesta posição: O Banco Central obteve um lucro de R\$ 331 bilhões (no ano passado obteve um prejuízo de R\$ 17,2 bilhões); a Nossa Caixa obteve um lucro líquido de 449,3 milhões (65% maior que o ano passado), o maior de sua história.

Salário dos operários na indústria caem 4,3%

Em 2003, a produção industrial teve crescimento de apenas 3%; isto levou a um impacto negativo tanto no nível de emprego quanto no valor do total de salários pagos. Segundo dados do IBGE, houve um recuo de 4,3% no total dos salários da indústria (massa salarial) e uma diminuição no número de vagas de 0,5%. Já havia ocorrido a mesma coisa em 2002. Apesar da atividade ter uma evolução de 2,5% naquele ano, houve

uma diminuição da massa salarial de 2,6% e de 1% do número de vagas.

O resultado só não foi pior porque em 2003 houve um aumento anormal das exportações de produtos da agroindústria com crescimento de 2,9% coisa que dificilmente ocorrerá este ano.

A queda dos salários é uma consequência natural do quadro recessivo que marcou as atividades da indústria, e faz parte de um modelo continuísta, pautado na construção do superávit fiscal imposto pelos acordos com o FMI.

E por falar em exportações

O Brasil exportou para a Rússia, em 2003, 313 mil toneladas de carne suína. Este ano, ela estabeleceu uma cota global de 450 mil toneladas dando prioridade para EUA e Europa. O Brasil foi incluído na categoria "outros países" e terá de disputar, tonelada a tonelada, uma cota de geral para esta categoria de 179,5 mil toneladas. Conclusão: Lula não poderá contar com esse filão em suas contas.

Governo poupa R\$ 7 bilhões para pagar a dívida

O tesouro nacional registrou saldo positivo em janeiro de R\$ 10,16 bilhões. Descontando o déficit da Previdência no período, de R\$ 3,15 bilhões, sobraram R\$ 7 bilhões. Sabe onde este dinheiro será usado? Para dar para os parasitas agiotas internacionais!

Dívida pública sobe 0,8% em Fevereiro

Os aumento dos juros e uma ligeira alta do dólar fizeram com que a dívida pública encerrasse janeiro com R\$ 737 bilhões. Isto, mesmo tendo pago R\$ 5,2 bilhões do principal em janeiro.

Iniciar um movimento pelas reivindicações básicas da Classe

O Plano continuísta do PT/Lula tem

levado a um aumento do endividamento externo.

Apesar dos trabalhadores terem de apertar o cinto mais do que a economia poderia agüentar (tanto é que a indústria ficou com inanição e os trabalhadores sem emprego e com uma piora na qualidade dos serviços básicos: educação, saúde etc.). Não podemos mais esperar esses bruxos de primeira viagem puxarem suas varinhas e modificarem a realidade. É hora de construirmos nossas lutas por nossas próprias reivindicações. Os sindicatos, tanto os da CUT quanto os da Força Sindical, quando se contra-põem ao governo, é para defenderem as reivindicações da burguesia. Esse caminho não deve ser seguido. E sim fazer uma luta nacional unificada por emprego e pelas reivindicações mais sentida dos trabalhadores, contra patrões e governo, cobrando inclusive as promessas de campanha de Lula de emprego, terra e fim da fome.

O governo do PT/Lula repete a corrupção de todo governo burguês

As massas devem lutar pelas reivindicações e exigir do governo seu atendimento, sem seguir nenhum dos bandos cápitalistas em disputa. Nenhuma CPI julgará ou punirá de verdade os corruptos. Os oprimidos em luta é que, com seus tribunais populares, poderão julgar e punir a burguesia corrupta.

A revelação de que no núcleo do governo PT/Lula há um foco de corrupção abalou definitivamente a falsa imagem de uma política pró-burguesa limpa, transparente, honesta e ética. Pouco importa se se trata apenas de uma célula cancerígena ou de metástase. O fundamental é que apareceu no cérebro do governo.

É sabido que os homens da administração central são escolhidos a dedo e de acordo com o critério de confiabilidade e fidelidade. Certamente, essas qualidades servem a todo e qualquer objetivo partidário e governamental. Não por acaso o sub-chefe de assuntos parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, ocupou um cargo de tão elevada importância. Constituiu o círculo do Ministro José

Dirceu, que, por sua vez, ganhou força real equivalente a de um primeiro ministro, como passou a ser chamado pela própria oposição burguesa.

O homem responsável pela relação entre o Executivo e o Parlamento se revelou, com a denúncia, ser um agente da contravenção. Está envolvido com a rede de jogos, que vai do bicho à loteria. E, por detrás dela, está o narcotráfico. Esse conjunto de negócios, que envolve bilhões, é movimentado por uma fração burguesa mafiosa, com ramificações internacionais. As mais altas autoridades do poder público sabem perfeitamente como se movimentam a massa financeira sob o controle do jogo, do contrabando e narcotráfico.

A primeira coisa que promotores e

especialistas nesse assunto fizeram foi comentar, com maior naturalidade, como as casas de bingo servem à lavagem de dinheiro da contravenção. Um parlamentar do PDT chegou a dizer que, se fosse levada a sério uma investigação sobre o financiamento de campanhas eleitorais envolvendo empresários legais e ilegais, 90% do Parlamento estariam comprometidos.

A grande imprensa, que é porta-voz dos interesses da burguesia, retomou uma série de casos de corrupção envolvendo prefeitos, vereadores, governadores e assessores petistas. Em meio a esse relato, demonstrou-se que Waldomiro Diniz já havia sido denunciado por prática de corrupção, em 2002, que tinha por protagonistas chefes da iozatina. Par-

te do dinheiro financeira candidaturas e parte iria para seu bolso. José Dirceu e o PT tiveram conhecimento na época, mas julgaram o fato impropriedade. São indicadores do avançado estado de apodrecimento do partido reformista, que se projetou como um arauto do renascimento da ética e da moralidade em meio aos estrumes da política burguesa.

A ilusão da ética na política burguesa

"Ilusões perdidas", sob esse título editorial, a Folha de São Paulo constata com maior desfaçatez: "Que o PT precisaria, de alguma maneira, sujar as mãos para governar, poucos duvidavam". Não é preciso continuar a transcrição, para saber que se refere à perda das ilusões prematuramente. Mas o fundamental é a constatação de que seria inevitável "sujar as mãos".

Desde o momento em que o PT ganhou força eleitoral e passou a se ocupar de administrações na República burguesa teve de reproduzir relações de seu funcionamento. A oligarquização partidária e a corrupção política são imanentes a seu funcionamento. Por isso, fatalmente tinha de "sujar as mãos", mas não só para governar, também para chegar a ser governo.

O Estado é um organismo político-administrativo, que cuida dos interesses gerais da classe capitalista e que exerce a ditadura do poder econômico, para isso tem o monopólio da violência armada, contra os trabalhadores. Eis por que está obrigado a expressar todo tipo de relação econômico-financeira, o que inclui atividades consideradas ilícitas pelas leis burguesas.

Apodrecimento da política burguesa expressa o esgotamento do capitalismo

Com a decomposição do capitalismo, cresce o montante de negócios do

tráfico e sua influência no Estado, ao ponto do conjunto da política depender da fração da burguesia do jogo, contrabando e narcotráfico. O Executivo, Legislativo e Judiciário estão penetrados por esse poder, que compra políticos, juízes, policiais e funcionários. Poderão dizer que a corrupção é tão velha quanto a história do homem. Esse argumento procura naturalizar o fenômeno, como se fosse inerente à sociedade humana. Na realidade, é expressão da sociedade de classes. Mas o essencial é que as formas e negócios "lícitos", com as quais o governo PT/Lula se vê envolvido, são próprios do Estado burguês e refletem a decomposição histórica do capitalismo.

A interação entre as atividades econômicas em geral e o Estado, e, em particular, com determinados grupos monopolistas, é a fonte originária da corrupção. É essa interdependência que entrelaça a burguesia com todos os partidos, e, particularmente com determinados políticos, governos, juízes, militares etc. Os exploradores de negócios como jogos, contrabandos, prostituição, narcotráfico, uso do trabalho escravo, venda de órgãos humanos etc. são engendrados nas entranhas desse organismo econômico e que, forçosamente, se ligam à política burguesa. A burguesia nem sempre pode reconhecer como atividade genuína e legal, mantendo-os fora da lei e sendo obrigada a reprimi-los. Não pode reconhecê-los como produto de sua economia e da sociedade de classe, ou seja, como atividades econômicas que constituem uma fração de si própria.

Não é possível corrigir a podridão

A ilegalidade e a repressão por parte do Estado não é capaz de coibi-los. Na verdade, não pode fazê-lo consequentemente, ao ponto de parte da contravenção ser legalizada, como já

vinha sendo feita com o bingo. Há muitos jogos institucionalizados, como loterias, baú da felicidade, raspadinha e outros. O mais execrado é o narcotráfico que serve de bode expiatório para a política norte-americana de intervencionismo. É sabido que os maiores lavadores do dinheiro do pó são banqueiros. Uma variedade enorme desse tipo de mercadoria, serviços e jogo especulativo se movimenta no interior da economia, se espalha por todo o tecido social e penetra nos póros do edifício do Estado.

Notamos que esse movimento cresce nacional e internacionalmente de acordo com o agigantamento geral do parasitismo financeiro e com a crise estrutural do capitalismo da época monopolista. Verificamos que o capital mafioso está fundido com o capital industrial, comercial e financeiro. Influencia direta ou indiretamente a administração de grandes empresas e bancos. É inevitável, portanto, que faça parte das lutas interburguesas. De quando em quando explode um escândalo da contravenção como resultado de interesses atingidos. As vozes da legalidade e a repressão são obrigadas a denunciar os facínoras, mas o fazem como uma exceção no organismo econômico e político da classe capitalista. Chega-se ao ponto de cingir o caso, individualizando-o, para proteger a rede de negócios e as quadrilhas burguesas.

CPI é um jogo entre quadrilheiros do Estado

A bandeira da CPI levantada pelo PSDB e apoiada por setores da esquerda só serve para instrumentalizar a luta interburguesa no poder do Estado. É do interesse do PSDB arranjar munição para a disputa eleitoral e reagir contra o fortalecimento da aliança governamental PT/PMDB. A população já assistiu a muitos espetáculos de CPIs. Ficaram evidentes que todos os partidos têm suas ramificações com

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

privilégios, falcaturas, roubo de dinheiro público e toda sorte de tráfico. Enquanto a classe operária e demais explorados não saírem às ruas, com suas reivindicações, para constituir organismos próprios, como os tribunais populares, a impunidade continuará vigente. A burocracia sindical ora apóia, ora é contra as CPIs, de acordo com sua filiação partidária e o grau de submissão à política eleitoral. A posição de independência dos trabalhadores frente aos choques interburgueses exige a defesa de tribunais populares.

O fato da corrupção se revelar no núcleo seletivo do governo PT/Lula um agente da jogatina não deve surpreender. As ilusões criadas pelo reformismo em torno da moralização do Estado e a limpeza ética que viria sobre os partidos, uma vez corrigidas as distorções no aparelho estatal, só foram ilusões para os inocentes ou tolos. É parte da luta eleitoral interburguesa o tema da moralidade.

Muito se faz nos porões da sociedade e de seu Estado, que não vem à luz do dia, mas que sabemos existir. Qual quer que seja o governo se assenta sobre esses porões. Mas negociatas, roubos e falcaturas também são praticados à luz do dia e dentro da legalidade. São as compras de votos, a proteção do Estado a setores oligárquicos, privilégios de cargos, contratos...

A bandalheira legalizada

Recentemente, os parlamentares fizeram um jogo para receber no recesso 25 mil reais além do altíssimo salário de 12 mil mensais (sem contar os ganhos indiretos). Funcionando em quinze dias, fizeram um desfalque de 50 milhões de reais nos cofres públicos, quando são os trabalhadores que suportam a maior parte da violenta carga tributária de 36% do PIB. E a reforma da Previdência? A propaganda incidu sobre o fim dos privilégios e garantia da justiça social. Qual foi o resultado? Militares, juízes, parlamentares e governos mantiveram-se protegidos, enquanto a maioria oprimida recebeu o impacto das medidas.

E as privatizações, salvamento de bancos, isenções a usineiros, a montadoras, empréstimos de dinheiro público a multinacionais...

O governo PT/Lula tem reproduzido todas essas variantes, que saqueiam o Estado. Não seria esse montante de jogos, tidos como lícitos, expressão de relações corruptas? Não é o governo se submetendo ao poder econômico, que lhe impõe condições dos porões e da luz do dia para governar? Está aí por que para o PT chegar ao poder pela via da democracia burguesa e governar teve obrigatoriamente de "sujar as mãos".

Um partido da ordem capitalista tem de ser corrupto

Um partido que se dizia dos trabalhadores, mas que se propunha reformar o capitalismo e governá-lo acima das classes, teria de colocar suas mãos a serviço do grande capital, dos exploradores e opressores da população. Teria de se meter a fundo na luta interburguesa, estabelecendo alianças que os petistas diziam não almejar e se afastando de outras que almejavam. É visível a procura de socorro do PT a oligarcas e políticos quadrilheiros, como Sarneys, ACMs, Malufs, Tassos, Quércias... Todos sujos da cabeça aos pés. Refletem a estrutura da democracia burguesa..

Governar o capitalismo é submeter-se a essa gente. É manter o Estado e sua base econômica, que gera toda forma de exploração, de negociatas, corrupção e onde as massas são submetidas a todo tipo de privação e opressão social. Comenta-se que, com o escândalo Waldomiro Diniz, o PT estaria manchado definitivamente para os trabalhadores. Na verdade, está manchado desde o momento em que passou a governar a serviço dos capitalistas e assimilou as diretrizes econômicas do imperialismo. O fenômeno da corrupção é apenas um reflexo.

Construir o partido do proletariado

A experiência do fracasso de um

partido reformista (e das variantes de esquerda que a ele se submeteu) deve servir para compreender que é preciso construir um verdadeiro partido revolucionário. O que quer dizer um partido que tenha por programa a revolução proletária. Por meio dessa luta histórica, a classe operária aliada à maioria explorada, em uma aliança operária e camponesa, tomará o poder do Estado, que será destruído enquanto Estado burguês e em seu lugar edificado o Estado operário. Somente por essa via a burguesia será destruída como classe detentora do poder econômico apodrecido e geradora de todas as enfermidades próprias do capitalismo. Só a erradicação da exploração do trabalho poderá dar nascimento a uma nova sociedade, na qual os homens não precisem se utilizar de negócios mafiosos, de privilégios, de cargos, de roubos, de narcotráfico etc.

Não se trata de um novo partido

Temos afirmado que o PT nunca foi o partido da classe operária. Nunca se constituiu com o programa da revolução proletária. Desde o início se dispôs a democratizar o Estado burguês, portanto, a defender o capitalismo por meio da jogatina "democrática" dos exploradores. Por isso, não dizemos que agora é necessário um novo partido. Dizemos que a classe operária carece de um partido revolucionário. A experiência do PT apenas ajudou e ajuda a fortalecer essa consciência e a colocar a necessidade de pôr em pé o partido da revolução social, que é internacionalista.

Um chamado revolucionário

Convocamos todos aqueles que compreendem esse objetivo a rechaçar o reformismo traidor e a constituir o Partido Operário Revolucionário, o POR. Obra essa que é parte de uma tarefa maior – construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

24/02/2004

Tendências da economia mundial

A Comissão Econômica da ONU divulgou uma previsão de crescimento da economia mundial em cerca de 4% para o ano de 2004. As previsões de crescimento de China (9%) e Índia (6%) puxariam essa marca, acompanhados pelos EUA, que prevêem crescimento de 4,6%, Europa com 1,9% e Japão com 2,1%. Os dados se baseiam na trajetória de 2003, quando EUA cresceram 3,1%, Japão 2,3% e Europa 0,1%, e na perspectiva de crescimento de 8% do comércio mundial para 2004, o dobro de 2003.

A idéia é de que um crescimento na economia norte-americana alavancaria o comércio mundial, de forma que a Europa estagnada e o Japão que emerge de uma recessão de mais de uma década poderiam se apoiar no crescimento do comércio mundial para avançarem, já que suas economias se apóiam em grande medida nas exportações. Essas previsões se baseiam na superação momentânea das tendências de queda na economia norte-americana, realizada em 2003, e no aumento relativo de fluxo de capitais aos países atrasados, que têm pago altas taxas de juros e com isso atraído cerca de 187 bilhões de dólares em 2003. Esses capitais investidos, no entanto, são de curto prazo; os investimentos diretos mantiveram-se em queda em 2003.

Observando de forma mecânica, restrita e linear as curvas das economias mundiais, poderia se ter a falsa impressão de que ela aponta para o crescimento, depois de mais de uma década de pequenas variações ao redor da estagnação. Mas há forças econômicas poderosas que agem em sentido oposto a esses prognósticos.

A primeira delas é a própria economia norte-americana. As tendências recessivas foram combatidas pelo governo Bush com a aplicação de uma política de juros subsidiados e elevação brutal em gastos militares, enquanto desvalorizou o dólar e fortaleceu a exportação norte-americana em relação à Europa e Japão. Com essa política, Bush pôde sustentar o endividamento da classe média ianque e alimentar setores da econo-

mia vinculados à fabricação de armas e exportação. Mas ela levou as contas públicas dos EUA de uma situação de superávit para um déficit de centenas de bilhões de dólares, dívida que tem grande parte de seus títulos nas mãos dos principais concorrentes dos EUA no mercado mundial (China, Japão, Europa). O governo anunciou que terá de aumentar as taxas de juros, que acabará com o subsídio ao crédito. A elevação dos juros norte-americanos reerguerá tendências recessivas na economia e reverterá fluxos de capitais especulativos que têm buscado rendimento nos países atrasados.

A desvalorização do dólar atua como freio para as exportações européias e japonesas, ao lado da concorrência chinesa. Apesar das pressões, nem EUA nem China aceitaram manipular suas moedas em favor do Euro e Iene. Com moedas supervalorizadas em relação ao dólar, não há como aumentar as exportações e desenvolver a economia. As elevadas taxas de juros européias também não podem ser rebaixadas, pois levaria a uma migração de capitais em massa para fora do continente.

Os países atrasados não têm como se defender das tendências mundiais. A queda de investimento direto manifesta a desconfiança dos investidores nas economias de países que se fundamentam no sustento do parasitismo financeiro. A economia da América Latina, por exemplo, permanece estagnada ao redor de 1,5% ao ano. E as políticas monetárias de altas taxas de juros e endividamento público levam à insolvência do Estado, como já ocorreu com a Argentina em 2001, que chegou ao ponto da total incapacidade de saldar seus compromissos financeiros e recuar 20% em dois anos (11% em 2002). A Argentina cresceu 8% em 2003, e esse crescimento nem mesmo repôs a perda imediatamente anterior, apesar de se dar com o favorecimento do "calote" da dívida externa. O Brasil, onde predomina a política ditada pelo FMI e aplicada pelo governo do PT/Lula, cumpre rigorosamente com seus compromissos, mas isso o tem levan-

do à recessão e ao aumento da dívida. A tendência do Brasil é mergulhar na insolvência, assim como aconteceu na Argentina. Somente o investimento de alto risco e curtíssimo prazo é efetuado, o que aumenta ainda mais a dependência da economia mundial e os riscos decorrentes do agigantamento da dívida sem crescimento econômico.

Se as previsões da burguesia mundial apontam para um crescimento, forças econômico-financeiras atuam no sentido oposto. É possível que se registrem taxas de crescimento positivo, na economia mundial ou no Brasil, dadas as condições de determinados ramos econômicos. Esses índices, porém, não refletem tendências gerais de ampliação do mercado e comércio mundiais. Se realizados, criarão condições para que a desvalorização de capitais excedentes sem possibilidade de investimento, leve a quebras violentas no futuro. O prenúncio do perigo de quebra das duas maiores instituições hipotecárias dos EUA, que têm em suas contas dívidas de cerca de 2,5 trilhões de dólares, são sintomas da economia parasitária. As contas das multinacionais mostram grandes endividamentos e fraudes, que são usadas para manter a lucratividade artificial ao redor da especulação nas bolsas de valores. A contradição entre os resultados efetivos realizados na economia e os valores nominais e rendimentos pagos aos acionistas se agudiza com os dados decorrentes do amordaçamento das forças produtivas pelas relações monopolistas de produção e troca. Se os dados de relativo crescimento econômico mundial se confirmarem, darão lugar a novas quebras no futuro imediato.

Ao capitalismo, é possível se sustentar na atualidade por meio da destruição em massa de forças produtivas e reconcentração de mercados e capitais. Esse mecanismo porém acentua as suas contradições internas e potencia as crises futuras. A época do imperialismo tem se caracterizado e continuará assim como de guerras e revoluções. Só pode ter uma saída histórica na revolução socialista ou na barbárie.

Governo PT/Lula aplica política econômica recessiva

Os dados finais de 2003, publicados pelo IBGE, demonstraram que o País esteve em recessão. O Produto Interno Bruto (PIB) sofreu redução de 0,2%. A taxa média de desemprego subiu de 11,7% para 12,5%. Deu continuidade a anos anteriores de desmoronamento incessante do emprego. O rendimento médio real dos assalariados caiu 12,5%, ou seja, de 949,19 Reais para 830,10 Reais. Seguiu a tendência de queda de 7,3% no último ano do governo FHC. O número de carteiras assinadas despencou de 46,2% para 43,5%. Conclusão: o baixo crescimento (média inferior a 2% nas duas últimas décadas), estagnação e recessão resultam em mais desemprego e subemprego, que, por sua vez, em mais miséria e fome para os trabalhadores.

O governo PT/Lula segue os ditames do Fundo Monetário Internacional, aplicando medidas econômico-financeiras recessivas. Obteve um superávit primário nas contas públicas de 4,25%, com violenta carga tributária (36% do PIB), cortes orçamentários, arrocho salarial do funcionalismo e redução de investimentos estatais. Em contrapartida, o País pagou só em juros 9,49% do PIB, ou seja, 145,210 bilhões. Correspondem à dívida interna e externa. Os balanços dos bancos, referentes a 2003, mostram que os 19 maiores bancos tiveram um lucro líquido de 14 bilhões de Reais, que representam um lucro aumentado em 8%, com referência a 2002. A maior parte dos ganhos são provenientes de títulos da dívida pública do governo, que paga altíssi-

ma taxa de juro, e de tarifas, que penalizam os correntistas.

Os banqueiros internacionais e nacionais estão mais do que satisfeitos com a obtenção de recursos pelo governo para pagá-los pontualmente. Vemos que todo esforço produtivo, baseado na superexploração do trabalho, é canalizado para satisfazer o parasitismo do capital financeiro. Parasitismo que expressa o capitalismo em decomposição. De um lado, sangra-se a economia produtiva, saqueia-se os recursos públicos e reduz-se a capacidade de investimento da burguesia nacional; de outro, esfola-se ainda mais os explorados, destrói-se milhões de postos de trabalho e aumenta a miserabilidade da população.

O capitalismo semicolonial se torna mais submisso ao imperialismo e relativamente mais atrasado. O proletariado, camponeses e camadas da classe média urbana recebem todo impacto da sangria econômica e da maior concentração de capital parasitário.

Setores da burguesia industrial pressionam o governo a derrubar as taxas de juros, para reanimar o consumo financiado e para que os bancos passem a emprestar mais para as atividades produtivas. Exigem uma reforma tributária que 'desonere a produção'. O capital financeiro credor exige que se mantenha a linha do acordo com o FMI.

A burguesia industrial e comercial mais ligada ao mercado interno faz tais exigências, mas se mantém unida em torno da subserviência do País aos ditames do FMI.

O governo PT/Lula, já no início

de seu mandato, tomou partido da fração burguesa que comanda o capital financeiro, portanto, do imperialismo. Expressou imediatamente a incapacidade da burguesia brasileira de dar um basta na sangria da economia interna. Seria, para o PT/Lula, uma aventura assumir as dores da burguesia industrial atingida pela estagnação nas duas últimas décadas. O grau de dependência da política econômica às diretrizes do imperialismo se mostrou na razão direta do grau de endividamento externo e interno da burguesia brasileira, refletido em seu Estado.

O PT acreditava que poderia ocupar o Estado e aplicar uma política desenvolvimentista, com distribuição de renda, mas, antes mesmo dos resultados eleitorais, teve de se comprometer com o capital internacional. Agiu exatamente ao contrário de suas promessas à população de tirar o País da estagnação, criar milhões de novos empregos e amenizar a fome de cerca de 60 milhões de brasileiros.

O Partido Operário Revolucionário (POR), em construção, combateu essa ilusão, mostrando que a política reformista se converteria em pró-imperialista, antipopular e antinacional. Agora a tarefa da classe operária e camponeses é organizar sua aliança contra mais este governo dos exploradores e servil à política econômica do imperialismo. É necessário ganhar as ruas com as bandeira de defesa da vida das massas, de ruptura com o imperialismo e de combate pelo fim do capitalismo por meio da revolução proletária.

Posição da Corrente Proletária da Educação frente o desemprego e a distribuição fraudulenta das aulas.

Que todas as aulas sejam distribuídas centralizada e publicamente

Não temos nenhuma garantia de que todas as aulas dessa segunda atribuição foram enviadas às diretorias de ensino. Há denúncias de que isso não ocorreu. Frente a esse fato, a direção da Apeoesp da região da Lapa enviou uma solicitação de esclarecimento à diretoria de ensino.

Tudo indica que há um jogo por parte de algumas direções de escola em torno do saldo de aulas e que conta com a conivência dos órgãos superiores. Ou seja, apresenta-se um saldo para a atribuição centralizada, mas logo em seguida criam-se novas salas. Estas são distribuídas na própria escola, não respeitando mais a classificação geral.

Isso ocorre porque o governo vem fechando salas e só reabre depois de muita pressão de alunos e pais. A cada ano, as atribuições centralizadas contam com menos aulas. O que tem servido para ampliar a concorrência entre professores, que se batem pelo emprego. O que reforça as falcatruas e autoritarismo por parte de diretores.

Aquelas direções de escola, ao não acatarem a distribuição centralizada, estão quebrando uma norma que se mostra mais democrática frente à distribuição nas escolas. Desrespeita-se o critério de pontuação.

Nossa posição é de defesa de emprego a todos, reduzindo a jornada de trabalho, sem reduzir os salários, de forma que se elimine a concorrência e, portanto, o sistema de pontuação, que reflete a concorrência entre trabalhadores e que desemboca na divisão entre empregados e desempregados. No entanto, instituído o critério de distribuição centralizada, considerado mais 'democrático' do que na escola, as falcatruas que impedem que as aulas sejam distribuídas publicamente devem ser denunciadas e deve ser exigido que estejam na distribuição centralizada.

O governo, ao fechar os olhos para as aulas 'escondidas' por diretores, quebra sua própria resolução e mostra que não tem interesse em cumpri-la porque não pode assegurar nem mesmo o seu critério 'democrático' de manter trabalhadores fora do trabalho. Por outro lado, há diretores que se aproveitam disso para constituir feudos e aparecer diante dos professores sob

seu comando como um bem-feitor. Na realidade, usam a distribuição como um poder sobre os professores de sua unidade.

Devemos coletivamente defender emprego a todos, e na circunstância particular, exigir que todas as aulas apareçam transparentemente para o conjunto dos professores. É importante, inclusive, que saibamos o montante exato de aulas e quantos professores temos aptos ao trabalho, para verificarmos que centenas e centenas ficarão sem emprego ou subempregado na rede. É assim também que convenceremos a maioria a lutar em defesa do trabalho e contra o desemprego. Como se vê, nossa luta em torno da distribuição centralizada e contra as falcatruas tem por objetivo combater o desemprego.

A corrente Proletária denuncia:

Lama por todos os lados

As denúncias de corrupção, tráfico de influências e utilização de cargos no governo para beneficiar as gangs do jogo do bicho, bingo etc. não são recentes. Vieram à tona, nesse momento, em função das disputas entre as frações burguesas em torno do Orçamento, da política de juros e das Eleições que se avizinham.

O Sr. Waldomiro Diniz é nada mais do que um dos homens que age no interior do Estado em favor de uma fração burguesa que domina os jogos de azar. O Estado é formado por quadrilhas de toda natureza. Para se sentirem protegidas estão obrigadas a financiar candidaturas de parlamentares, governos e comprar juízes e policiais. O que fez Waldomiro é o que fizeram e fazem Jader Barbalho, Roseane Sarney, Antônio Carlos Magalhães e outros tantos oligarcas.

As oligarquias que sustentam os governos, Sarney, Antônio Carlos Magalhães e outras, compuseram a frente que sustentou os dois mandatos de FHC e que hoje ajudam o governo PT/Lula administrar o Estado burguês. Sobre ela recaem inúmeras denúncias de corrupção, a exemplo dos grampos na Bahia e da Lunus no Maranhão. Isso mostra o quanto o Estado é formado por quadrilhas.

No Estado burguês, administrar, legislar e julgar é, na verdade, proteger os interesses dessas oligarquias, bem como das frações narcotraficantes. Não há como colocá-lo a serviço da maioria oprimida e explorada, todo o Estado está permeado pelo tecido podre da corrupção. Nenhum governo, seja ele mais truculento ou não, não poderá extirpá-la. Isso por que, para governar tal Estado, está obrigado a depender das oligarquias e das frações burguesas traficantes.

Os trabalhadores que sofrem com o desemprego, com o arrocho salarial, com a destruição da saúde e da escola pública devem exigir que suas direções sindicais e populares rompam com esses governos e organizem a luta em defesa das reivindicações. Devem levantar a bandeira dos tribunais populares para que de fato possam investigar e julgar os corruptos e seus governos.

Corrente Proletária rechaça a reforma universitária Mais uma reforma

Depois do anúncio da Reforma Trabalhista, que vem no sentido de destruição de direitos elementares, o governo PT/Lula prepara a reforma universitária. Uma das medidas é a compra de vagas ociosas das escolas privadas. Como a maioria das faculdades particulares conta com quase 30% de vagas ociosas, em função das altas mensalidades, a notícia agradou os empresários da educação. E já começa a criar ilusões de que é uma medida democrática. O Ministro, Tarso Genro, disse que isso significa ampliação do ensino público. A tal da estatização de uma parte das escolas privadas é, na verdade, o mecanismo para proteger os lucros dos capitalistas da educação.

O que Tarso pretende em nível federal Alckmin já fez um ensaio em nosso Estado. Criou o 'Família da Escola' usando alunos de faculdades privadas por meio de isenção de parte da mensalidade. Os alunos trabalham e o dinheiro vai para a conta dos donos de faculdades.

A medida de compra de vagas ou de pagamento de parte das mensalidades tem

um objetivo claro: ampliar a rede privada de ensino às custas do dinheiro público e do ensino gratuito estatal.

Os professores, alunos e o conjunto dos explorados devem tomar a reivindicação de ensino público e gratuito em todos os níveis para se contraporem à reforma privatizante do governo Lula e de Alckmin. E contraposição a essa medida privatizante dos governos PT/PSDB defendemos a estatização de toda rede particular, sem indenização e sob o controle de quem estuda e trabalha.

Corrente proletária faz campanha: Todos à Assembléia para exigir do governo emprego, reajuste salarial e direitos trabalhistas

A diretoria da Apeoesp se encontra alheia aos verdadeiros problemas dos professores. Não falamos do CPP porque sempre esteve do lado do governos, chegando ao ponto de um dos seus diretores ser secretário da educação de Maluf. A direção da Apeoesp têm apoiado envergonhadamente as medidas do governo PT/Lula, haja vista a Reforma da Previdência. Em relação ao PSDB/Alckmin, pouco se fez para enfrentá-lo. Depois da greve de 2000, nenhuma ação massiva foi realizada contra os ataques

Rondônia:

Manifesto da Corrente Proletária da Educação divulgado em Porto Velho

Aos companheiros Trabalhadores da Educação Estadual, Municipal e Federal

Nós trabalhadores em educação dos três segmentos estadual, municipal e federal devemos nos organizar para enfrentar os governos capitalistas e sua camarilha (os grandes empresários), por meio da luta contra o arrocho salarial, desemprego, terceirização, as reformas da previdência, sindical e trabalhista – que retira direitos elementares como o 13º salário, FGTS, licença maternidade, seguro-desemprego dentre outros – e contra a destruição do ensino público.

Companheiros, vejam que a perda das nossas mais importantes conquistas sociais são impostas pela classe exploradora (empresários) e governos, que ao implementarem os ditames do FMI/Banco Mundial contam com apoio do governo PT/Lula e com a colaboração da CUT e sindicatos, comprometidos com o pacto social. Esse pacto vem garantindo as diversas reformas, que eram compromissos de FHC, quase sem resistências, fazendo aumentar a miséria de milhões (classe explorada), crescendo o desemprego e

de Alckmin às condições salariais, de trabalho, de fechamento de salas e de eliminação de direitos. O argumento utilizado é o de que os professores não querem lutar.

O que se passa? De fato, uma parcela deixou de ir aos atos, aceitou a troca do reajuste pelo bônus, ficou calada diante do confisco de mais 5% dos salários para a Previdência e faz de tudo para não perder um dia sequer de aula na esperança de receber um bônus mais recheado.

Mas o que tem feito a diretoria para reverter essa situação? Absolutamente nada. Sabemos que quanto mais disperso estiver o conjunto dos professores, mais individualista e conservadora são suas reações. Uma verdadeira direção atua no sentido oposto, unificando e trabalhando para elevar a consciência de classe e combater a política governamental e defender as reivindicações elementares, como emprego e salário. Se se apóia o governo ou se se compromete a não enfrentá-lo, a direção acaba favorecendo a política governamental, que é de cortes de gastos públicos com a educação.

Nesse momento, a diretoria convocou uma assembléia e diz que a proposta é de greve para o dia 5 de abril. O que devemos perguntar é o que tem feito para que haja uma assembléia massiva e que aprove a gre-

ve. Continuamos a dizer que nada tem sido feito. Não resta dúvida que os governos Alckmin, Marta e Lula só atenderão as reivindicações dos professores se houver uma greve forte, coesa e unitária, que englobe o funcionalismo. Caso contrário parece mais uma greve de simples protesto e de pressão eleitoral, tendo em vista que as eleições municipais se avizinham. Ou então, de desagravo diante das denúncias de corrupção que o PSDB tem feito ao governo PT/Lula.

ve. Continuamos a dizer que nada tem sido feito. Não resta dúvida que os governos Alckmin, Marta e Lula só atenderão as reivindicações dos professores se houver uma greve forte, coesa e unitária, que englobe o funcionalismo. Caso contrário parece mais uma greve de simples protesto e de pressão eleitoral, tendo em vista que as eleições municipais se avizinham. Ou então, de desagravo diante das denúncias de corrupção que o PSDB tem feito ao governo PT/Lula.

A Corrente Proletária se coloca na defesa de: 1) ampla campanha de denúncia das medidas de Lula, Marta e Alckmin. Pelo fim das Reformas das Previdência, Trabalhista e Educacional; 2) Defesa do emprego a todos. O que significa redução da jornada sem redução de salário; 3) Reajuste imediato dos salários e reposição de perdas. Fim da farsa do bônus; 4) Abertura de escolas, turnos e salas que foram fechadas; 5) Combate à violência, defendendo: nenhum jovem sem trabalho e nenhum jovem sem escola - 4 horas na produção e o restante na escola; 6) Independência da Apeoesp em relação ao governo PT/Lula; 7) Defesa da greve como instrumento de resistência coletiva dos trabalhadores contra os governos, que destroem direitos elementares a exemplo da escola pública.

2004: a luta não deverá dar trégua

O pacto social uniu exploradores e governos petistas, o que tem facilitado a implementação das reformas e projetos do Banco Mundial, e contam com o Parlamento e os Tribunais para assegurarem os interesses capitalistas.

Em 2003 não tivemos conquistas. Fomos embromados pelo governo Ivo Cassol (PSDB). Nesse início de ano, o governo anuncia que vai acabar com o recesso dos professores no mês de julho. Então, devemos estar atentos de que ele vai usar de todas as artimanhas para nos ludibriar novamente. Por isso, é necessário, desde já, preparar a luta unificada com todos os segmentos da educação por meio do método da ação direta (método da luta da classe operária), capaz de arrancar o que nos é roubado todos os dias pela classe burguesa e seus governos. É preciso fortalecer no seio da luta a prática da de-

mocracia operária nos sindicatos, para que a base tenha vez e voz para concordar e discordar da política de suas direções sindicais, apresentando propostas que possam ser votadas democraticamente pela base.

Garantir a conquista dos trabalhadores da educação pressupõe lutar com os métodos da classe operária

Companheiros, para que possamos lutar pela conquista de todas as nossas perdas salariais, pelo salário mínimo vital e escala móvel de salário, ou seja, que nossos reajustes sejam compatíveis com nossas necessidades e acompanhem a elevação dos preços das mercadorias, pelo emprego a todos e pelo ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social é preciso rechaçar a conduta colaboracionista da burocracia sindical, que tem submetido ainda mais os sindicatos aos governos e ao Estado capitalista. Defender a independência dos sindicatos e da CUT do governo PT/Lula e organizar a luta coletiva dos explorados contra as medidas antinacionais e antipopulares.

O Fórum de Políticas Públicas da USP e a Reforma Universitária

Professores da USP, reunidos no Fórum de Políticas Públicas de seu Instituto de Estudos Avançados (IEA), formularam um documento que se propõe alternativo às propostas de Reforma Universitária em desenvolvimento pelo governo do PT/Lula. Sob a liderança de Marilena Chauí, esse grupo apresenta um diagnóstico da universidade pública e propostas de mudanças.

No diagnóstico, são listados problemas que as universidades enfrentam: falta de professores, compressão salarial, orçamento insuficiente, dependência de agências de fomento para a pesquisa etc.

As propostas que decorrem desse diagnóstico se fundamentam em três pontos: exigência de “compromisso social”, autonomia institucional e funcionamento democrático. Constituem a essência de uma política reformista para a universidade, e procuram se colocar como “propositivas” em relação àquelas que o governo vem apresentando, com a colaboração da Associação de Reitores (Andifes).

Quem diz quais são as necessidades da sociedade?

A primeira idéia, a de uma universidade adequada às necessidades sociais, culturais e regionais do país, por meio de políticas governamentais correspondentes e destinação de recursos suficientes, é uma utopia sob o capitalismo. A universidade é parte da superestrutura da sociedade e está condicionada pelos interesses da classe dominante, capitalista. Em momentos de desenvolvimento capitalista, sua expansão foi necessária para atender às necessidades produtivas e ideológicas da burguesia. A crise atual decorre da desintegração do modo de produção em geral e de sua crise econômica global em particular, que torna o ensino superior público em custo a ser cortado em benefício do parasitismo fi-

nanceiro e em mercado potencial a ser explorado pelo capital acumulado e sem possibilidade de investimento produtivo.

Nesse quadro, as necessidades sociais, culturais e regionais da burguesia condicionam a universidade a caminhar no sentido da privatização e fortalecimento do ensino pago, do sucateamento da universidade pública e na sua submissão às fundações privadas, no corte de investimento público em pesquisa etc. As políticas governamentais, desde o nível federal até o estadual (e municipal no caso do ensino fundamental), dos vários partidos burgueses, seguem essas diretrizes. As políticas de extensão não ultrapassam os limites do assistencialismo ou, ainda pior, ajudam a destruir os serviços sociais públicos de outras

áreas, como acontece com os estagiários universitários que substituem professores nas escolas públicas e ajudam a reduzir os gastos com a educação.

Que autonomia é essa?

A autonomia proposta pelo grupo de professores supõe autonomia de gestão, financeira e administrativa, fundamentada em planos periódicos elaborados de acordo com o modelo dos “orçamentos participativos” dos governos municipais do PT. Quem controlaria seu cumprimento seriam “agências do governo”. Não existe de fato autonomia nessa proposta. Quem conhece o que são os chamados “orçamentos participativos” sabe que trata-se de um instrumento de demagogia eleitoreira, pois a maior parte do orçamento é definida de cima para baixo e para a população só resta dar palpites sobre a aplicação de migalhas. O controle externo por agências governamentais preserva a ingerência dos governos.

A real autonomia universitária, sob o capitalismo, só pode se dar de forma conjuntural quando a comunidade uni-

versitária se levanta contra a ingerência da burguesia na universidade e lhe impõe essa autonomia pela mobilização. Autonomia real significa o poder da comunidade discutir e decidir livremente sobre a formulação e aplicação do orçamento e sobre sua organização. Ao Estado caberia apenas financiar a universidade. Para se concretizar, essa autonomia tem de se fundamentar nas assembleias universitárias, que reúnem estudantes, professores e funcionários para debater e deliberar sobre a universidade. Não existe real autonomia universitária sem se fundamentar nas assembleias universitárias.

A autonomia da gestão financeira, imposta ao país pelos acordos com os organismos internacionais, significa a possibilidade das universidades buscarem recursos privados para seu sustento, o que estabelece a ingerência do capital diretamente sobre a pesquisa e ensino, apoiado em recursos públicos. Ela tem de ser rejeitada pela comunidade por ser instrumento de privatização e sucateamento.

Quem se mantém no poder?

A proposta de funcionamento democrático apresentada não modifica a essência da atual estrutura: uma burocracia formada por uma camada de professores vinculada à distribuição de recursos e administração de projetos dirige a universidade e está vinculada por seus interesses imediatos aos governos e ao capital. Ela exerce esse poder por meio de uma estrutura hierarquizada e autoritária, que vai desde os conselhos departamentais até a reitoria, passando pelos órgãos colegiados das unidades e pelo Conselho Universitário. A atual legislação limita a participação de estudantes e funcionários a 15% cada um nesses organismos burocráticos, de forma a garantir com folga o poder da burocracia, e ao mesmo tempo apresentar uma face pseudodemocrática, de que es-

tudantes e funcionários participam da administração.

Na proposta dos professores da USP, a universidade teria de modificar essa relação, ampliando a participação de estudantes e funcionários. Os reformistas mais radicais defendem a chamada paridade, de um terço dos conselhos para cada setor da universidade. Todos eles, porém, mantêm suas propostas no quadro do poder da burocracia universitária, pela preservação dos organismos burocráticos atuais e pela autonomia desses conselhos dos organismos de luta da comunidade universitária. Essas propostas caminham na direção da conciliação com a burocracia, que é instrumento

da aplicação da política burguesa na universidade.

A democracia universitária só pode existir se destruir o poder da burocracia dirigente. Nesse sentido, a assembléia geral universitária é meio de lutar pela destruição do poder autoritário e burocrático, e fim como base da democracia e autonomia universitárias. As lutas de estudantes, professores e funcionários pelas reivindicações constituirão a assembléia geral universitária, e seu avanço entrará em contradição com o poder da burocracia, colocando como necessidade a sua deposição e a constituição de um governo tripartite subordinado à assembléia universitária.

Pelas relações concretas que têm com a universidade, os estudantes se diferenciam de professores e funcionários por não terem interesses corporativos e por estabelecerem a ligação com a população assalariada. Sua maioria nas assembléias universitárias e nas mobilizações levará a serem a linha de frente contra a burocracia, e a constituírem o poder estudantil na universidade em oposição ao poder burocrático. A sua unidade com o proletariado permitirá caminhar para o ensino superior para todos, e os trabalhadores transformarão a universidade como parte da transformação mais geral da sociedade, revolucionária, em socialista.

Funcionários da Educação – São Paulo

Governo engana com concurso público e mantém a política de terceirização

No dia 21/02/2004, o governo publicou no Diário Oficial, que não irá nomear os secretários de escola, que fizeram a escolha de cargo no ano passado. Segundo o governo, o artigo 22 da Lei de Responsabilidade fiscal o impede de suprir o número de vagas, pois a nomeação está ultrapassando o limite de gastos. Ainda mais: o governo diz que no último quadrimestre gastou muito com a folha de pagamento e não nomeará os secretários.

Nós trabalhadores da educação, não devemos confiar em nenhuma linha que o governo diz. Há mais de 10 anos que não existem concursos públicos, mas sim a política de trabalho voluntário, amigos da escola, os contratados pelas cooperativas etc. Tal política permitiu que o governo diminuísse de forma considerável o número de funcionários e, conseqüentemente, a folha de pagamento no setor da educação. Portanto, poderíamos dizer que pelo pouco número de funcionários já se deu para equilibrar as contas.

O que o governo não diz

Os governos têm na verdade de seguir a política dos países imperialistas e seus organismos (Unesco, ONU etc) que

exigem a eliminação dos gastos estatais. Isso significa a eliminação dos postos de trabalho e arrocho salarial, para que se possa sobrar dinheiro nos cofres públicos para pagar as dívidas interna e externa.

Frente de Trabalho: Pior que Trabalho escravo:

A Frente de Trabalho é parte da política de destruição dos postos de trabalho no setor da educação. As contratações, que tiveram no início um argumento demagógico de que se contataria com o caráter de frente de trabalho de forma emergencial para diminuir o número de desempregado no Estado de São Paulo, em pouco tempo foi por água abaixo. Esse argumento foi usado para que o governo fizesse um contrato sem qualquer vínculo empregatício, ou seja, férias, 13º salário e outros direitos.

No início da implementação da Frente de Trabalho na escola, o governo dizia que contrataria apenas para que os trabalhadores fizessem o trabalho do lado de fora (carpinar, pintar etc.). Porém, em menos de 5 anos os trabalhadores da Frente de trabalho substituem os funcionários de escola, ou seja, muitos estão trabalhando como inspetores de alunos.

na cozinha como merendeira e fazendo todo tipo de serviço dentro e fora da escola. O governo conseguiu eliminar os postos de trabalho e ainda passou a ter o substituto pagando apenas a miséria de um salário mínimo por 9 meses.

A burocracia sindical foi sempre incapaz de combater o argumento do governo. Desde o início da implementação das frentes de trabalho, achou que de fato a burguesia estava querendo diminuir o número de desempregados, mas quando começaram as denúncias de que a intenção do governo era substituir os funcionários da educação por contrato temporários sua impotência ficou evidente. Diante da sua enorme colaboração, hoje não consegue nem mesmo fazer as denúncias. Só quem ganha com isso é o governo.

Por último, para o trabalho sem contrato, e sem salário apenas com a tal ajuda de custo, ainda há muita repressão por parte das direções de escolas, ninguém pode faltar, ficar doente que logo são ameaçados de terem seus contratos (ajuda de custo) quebrados. Veja a que ponto chega a escravidão. Se um trabalhador da frente de trabalho então der uma opinião, uma idéia, questionar qualquer ordem este imediatamente é advertido, achincalhado e até demitido.

Este é um manifesto aprovado pela Apropuc, Afapuc e CCA/PUC a ser distribuído aos ingressantes de 2004:

Calouros 2004

Crise da PUC, mercantilização e democracia universitária

Manifesto a estudantes, funcionários e professores

Estamos iniciando o ano letivo sob o crivo da denominada crise da PUC. Os Centros Acadêmicos, Associação dos Funcionários (Afapuc) e dos professores (Apropuc) reivindicaram que a Reitoria colocasse no calendário de recepção o tema da crise. No ano passado, fizemos o mesmo com o tema "Violência, Segurança e Democracia Universitária". Avaliamos que foi importante, porque nos permitiu rebater uma tendência retrógrada de fechamento repressivo do Campus. Agora, estamos diante da Crise da PUC. Nós que a vivemos sabemos o que é, pelo menos quanto aos seus efeitos. Quanto às causas, é a Reitoria quem as tem explicado. As Entidades não têm acesso direto à contabilidade da Universidade. A abertura sem restrição do funcionamento administrativo-contábil é uma luta a ser travada. Faz parte da conquista democrática, da democracia real em lugar da democracia formal ou da pseudodemocracia. O que significa ampliar as conquistas democráticas de anos de luta dos estudantes e dos trabalhadores da PUC/SP. O que de fato sabemos, com segurança, sobre a Crise? Os salários têm sido atrasados e parcelados; o 13º salário não foi ainda pago integralmente; o acordo salarial de 2003 foi violado com os atrasos; as mensalidades são altas, favorecendo a inadimplência. A Reitoria alega déficit orçamentário, tendo por base grande endividamento da Universidade. E o que temos visto como resposta administrativa? Manutenção

de violentos aumentos das mensalidades, resistência em reajustar os salários de acordo com a inflação, procura por aumentar o diferencial entre reajuste salarial e aumento de mensalidades, rebaixando o primeiro e elevando o segundo; aumento da relação aluno/professor, superlotando e diminuindo salas; pressão para que se descaracterize o contrato de trabalho etc. Funcionários e professores não sabem o dia de amanhã de sua fonte de existência. Estudantes vêm crescer o custo da educação, que pode impossibilitar sua continuidade. É claro que, reunindo todos esses elementos, temos um quadro adverso à qualidade de ensino. Não se pode ter um ensino investigativo, científico, ligado às reais necessidades do trabalho e ferramenta social de transformação da realidade, como é prometido, em tais condições. Certamente, não devemos desconhecer outros fatores do sistema capitalista que impossibilitam a função científica e criadora da Universidade. Crise como a da PUC é parte de um problema maior. Partimos dela porque temos nas mãos uma "batata quente" para descascar. Vocês que estão chegando e lendo este Manifesto podem ter a impressão inicial de que somos negativistas. Muito pelo contrário! Não há nada mais positivo do que encarar de frente a realidade e lutar para modificá-la. Esse é um ponto científico e socialmente transformador. Devemos combater o acobertamento ou as ilusões e evitar exageros. É assim

que a Crise da Universidade nos permitirá chegar à unidade na luta dos que estudam e trabalham. E nos levará a compreender problemas maiores que advêm do funcionamento mercantil do capitalismo, que não assegura trabalho, alimentação, ensino, saúde...a todos. A grande maioria da população não chega a terminar o grau médio, que dirá o universitário. E o que temos visto é agigantar a privatização e tornar insuportável o custo da educação, para no final das contas faltar emprego ou tê-lo com um salário aviltante. Essa situação tende a se agravar. Basta ver a proposta do governo de comprar 100 mil vagas de escolas particulares para sustentar a mercantilização, em detrimento da escola pública. E a medida empresarial de terceirizar a mão de obra de professores e de funcionários? Como se vê, o neoliberalismo obscurantista se espalha por todo tecido social. A crise da PUC não deixa de refletir essa tendência. E refletirá com mais força na medida em que aumentar a inadimplência e restringir o acesso a camadas mais pobres da classe média. É nesse mesmo sentido que devemos encarar a democracia na Universidade. Em nome do saneamento financeiro, de uma melhor administração, da segurança e até mesmo da melhoria do ensino, a Fundação e a Reitoria poderão cercear conquistas democráticas, vêm inclusive da luta contra a ditadura militar, que sufocou os movimentos sociais.

Saúde Municipal e a Campanha Salarial

O Sindsep (sindicato dos municipais da cidade de São Paulo) deu início à campanha salarial. Os trabalhadores da Saúde tinham uma assembléia marcada para o dia 28 de fevereiro, que foi adiada para abril e transformada numa reunião de representantes. O sindicato está passando um abaixo-assinado, que tem por objetivo recolher 10 mil assinaturas e levar à negociação com a Prefeitura do PT/Marta. Detalhe: a principal reivindicação é a reposição de perdas salariais, que não está definida em um índice. Haverá uma assembléia geral dos municipais no dia 13 de março, que não conta com uma boa campanha de preparação na base com o fim de organizar a luta. No caso da Saúde, os trabalhadores chegarão à assembléia sem terem definido suas reivindicações como parte da luta geral do funcionalismo municipal. Estarão votando as propostas elaboradas pelas diretorias dos sindicatos, compromissados em sustentar o governo do PT.

Quando a diretoria do Sindsep não define o índice, é porque está disposta a aceitar a proposta da prefeitura. A definição de um índice é importante para determinar a disposição de luta dos trabalhadores e organizar a mobilização por ele. Sem um índice definido, bloqueia-se a mobilização, que é a unidade dos trabalhadores ao redor de uma reivindi-

cação comum. O abaixo-assinado, ao invés de ser um elemento de mobilização, coloca o destino da campanha na mesa de negociação e não na luta.

Os trabalhadores da Saúde, como os outros funcionários municipais, são levados para a conciliação com a prefeitura pela política da direção do sindicato. Essa política inclui a nova estrutura sindical, que se fundamenta na representatividade e está voltada à negociação, em oposição ao sindicato democrático e de luta.

Na estrutura apresentada, a diretoria executiva e o Conselho de Representantes Regionais (eleitos indiretamente pelos representantes sindicais de unidade e não pelos trabalhadores) constituem o Conselho Diretor do Sindicato. Esse organismo é quem dirige o sindicato. Na estrutura apresentada, nem é citada a assembléia geral ou os congressos da classe. Somente há as assembléias regionais e por local de trabalho, a serem convocadas pelos representantes. As negociações e as questões políticas ficam a cargo da diretoria executiva.

Ou seja, os representantes devem "administrar" os conflitos nos locais de trabalho. Ao invés de levarem esses conflitos ao conjunto da classe e se apoiarem na mobilização para resolverem, se empenharão nas soluções locais. As negociações continuam nas mãos da executiva,

que tratará de chegar a um acordo com a prefeitura. Essa é uma estrutura burocrática e direcionada para a conciliação (peleguismo).

A democracia operária, voltada para a luta, coloca a assembléia e os congressos de base como organismos fundamentais. A diretoria do sindicato deve estar submetida e controlada pelas bases nas assembléias. A representação nos locais de trabalho deve projetar as reivindicações locais para a luta geral, pois a força para o atendimento das reivindicações está na mobilização, na ação coletiva.

Uma campanha salarial de luta tem de se apoiar na democracia operária. A assembléia geral da classe é antecedida pela reuniões e assembléias por local de trabalho, que levantam as reivindicações e as definem com precisão (índices, no caso de reposição salarial). Assim, a assembléia geral dará expressão às reivindicações e propostas de mobilização formuladas e defendidas a partir dos locais de trabalho. A negociação serve para mostrar ao conjunto dos trabalhadores a distância entre as suas necessidades e a proposta da prefeitura, a qual expressará a defesa dos compromissos com o capital e os interesses da burguesia. Uma campanha assim, levará à luta contra a administração pelo atendimento das reivindicações.

POR tem 3 novas publicações:

Sobre a mulher: Nesse há uma história marxista sobre a opressão da mulher. Trata-se da tradução do folheto publicado pelo POR boliviano "A mulher no processo revolucionário", que contém extratos dos clássicos do marxismo e uma introdução na qual aponta a importância da luta pela emancipação da mulher, "que será feita pela nação oprimida, não unicamente pelo proletariado, ainda que este deva imprescindivelmente converter-se na direção política. As organizações de mulheres estão chamadas a cumprir esta função específica. Atuar como canais de mobilização das massas femininas para a revolução proletária. Isso nos permite compreender porque o programa de reivindicações das mulheres deve estar subordi-

nado a estratégia do proletariado".

Sobre o segundo capítulo do livro de Trotsky: "Stalin, o grande organizador de derrotas". A publicação desse material é uma conquista de nosso partido. Trata-se da primeira tradução em português da luta contra as posições revisionistas e traidoras de Stalin-Bukarin e seus seguidores. Na introdução, feita por nós, dizemos a importância: "Hoje, com a desintegração da URSS e o avançado estágio de restauração capitalista, a crítica de Trotsky à tese do "socialismo em um só país" de Stalin se mostra completamente correta. E não se pode construir o partido da revolução proletária sem que esse documento programático seja assimilado e faça parte de sua

elaboração programática. Ninguém melhor do que o próprio Trotsky para reivindicar a importância do combate à revisão estalinista do programa dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista e do programa do partido Comunista russo".

Sobre o folheto da Bolívia. Trata-se de uma síntese da experiência boliviana ao redor do levante revolucionário de setembro/outubro de 2003. O folheto inicia com uma síntese de pontos do programa e da linha política do POR boliviano, feito por nós. E conclui com artigos do jornal Massas boliviano sobre o momento que antecede ao conflito, durante a luta e uma avaliação da trajetória revolucionária das massas nesse país vizinho.

POR debate a opressão da mulher

No próximo dia 07 de março, em São Paulo, o POR realizará um debate ao redor do tema da opressão da mulher no capitalismo. A discussão será baseada na recente publicação de um folheto que traz extratos dos clássicos do marxismo e a elaboração do POR boliviano a respeito. Reproduzimos abaixo sua introdução, escrita por Guillermo Lora.

A mulher no processo revolucionário

Edição em Homenagem a
Agar Peñaranda¹

INTRODUÇÃO

Num passado distante, quando o crescimento das forças produtivas, marcado pelo excedente de produção determinou a caducidade do comunismo primitivo e o aparecimento das classes sociais, o submetimento da mulher ao homem constituiu a primeira forma de opressão.

Na sociedade moderna o descomunal crescimento das forças produtivas, provocado pelo capitalismo permite que se possa reivindicar a libertação definitiva da mulher, ao mesmo tempo em que se dará a libertação do conjunto da sociedade e a destruição de toda forma de opressão. Podemos dizer que recentemente a sociedade amadureceu para reivindicar e efetivar essa libertação.

No passado as vozes que se levantaram contra a opressão da mulher e clamaram para que se estabelecesse sua igualdade com o homem diluíram-se em utopias, eram sonhos individuais e não uma exigência da humanidade, porque ainda não estava madura para sua materialização.

Sob as influências das tendências externas existe o perigo de que a questão da mulher seja colocada à margem da luta de classes e como um problema que nada tem a ver com a política e que pode se resolver no plano estritamente sexual, como gosta de dizer a pequena-burguesia.

As mulheres revolucionárias devem lutar energeticamente contra tais desvios.

Se partirmos da evidência de que o problema da mulher está no meio da luta de classes, devemos concluir que sua expressão mais elevada é a política. As mulheres para se libertarem têm de colocar seus problemas como problemas políticos e se convencerem de que somente a ação da classe revolucionária da sociedade poderá libertá-las de maneira completa e definitiva.

Nas organizações feministas, pelo contrário, existe a inclinação ao apoliticismo, o que deve ser rechaçado com toda a energia.

Partindo da própria experiência do proletariado e das organizações sindicais, devemos explicar, com toda paciência, que o apoliticismo é uma artimanha que utiliza a burguesia, para impor sua política aos explorados. A luta política somente pode se realizar através dos partidos, que expressam interesses de classe. Devemos incentivar a participação das mulheres na vida partidária e, a partir do nosso ponto de vista, no partido político da classe operária.

O capitalismo incorporou a mulher no processo de produção, desta forma abriu a possibilidade para sua independência econômica, um dos requisitos para que deixe de ser propriedade do homem ou mero instrumento de prazer. Porém, a discriminação contra as mulheres gerou muitas formas de desigualdades, a mais importante das quais é a diferença de remuneração para trabalho igual aos homens.

O crescimento das forças produtivas determina as mudanças na família. A fa-

mília burguesa está baseada no total submetimento da mulher ao homem em todos os aspectos, incluindo o sexual. Se o capitalismo incorporou a mulher no processo de produção, não conseguiu libertá-la do trabalho doméstico, que para ela se converte em uma forma de escravidão, apesar dos descomunais avanços da tecnologia.

Isso vem demonstrar que a emancipação da mulher é um fenômeno inseparável da transformação da atual família burguesa e que somente pode ser produto da nova sociedade sem classes. Presume-se que a verdadeira luta das mulheres pela sua emancipação as obriga a que se integrem no movimento revolucionário das classes oprimidas, quer dizer, subordinar suas reivindicações particulares à linha política assinalada pela classe operária.

Seria um erro as mulheres se isolarem do grosso das massas - que certamente não são unicamente assalariadas, para ter em conta apenas a posição do proletariado. A revolução que também emancipará as mulheres será feita pela nação oprimida, não unicamente pelo proletariado, ainda que este deva imprescindivelmente converter-se na direção política.

As organizações de mulheres estão chamadas a cumprir esta função específica: atuar como canais de mobilização das massas femininas até a revolução proletária. Isso nos permite compreender porque o programa de reivindicações das mulheres deve estar subordinado a estratégia do proletariado.

1 Agar Peñaranda Oropeza, nasceu em Sucre (Bolívia) em 25 de maio de 1915 e morreu na mesma cidade em 25 de setembro de 1977. Em 1932 Formou-se na Escola Nacional de Professores e fez estudos de direito e línguas na Universidade de San Francisco Xavier. Foi diretora da Faculdade de Direito de Sucre. Fundadora do Sindicato de Trabalhadores Administrativos da Universidade, da Associação de Mulheres Universitárias e de numerosos ateneus e de grupos culturais e sindicais. Foi dirigente da Central Operária Departamental de Chuquisaca. Militante e dirigente do POR, assistiu a maior parte dos seus congressos e interveio nas lutas internas que se desenvolveram. Em 1971 participou ativamente da Assembléia Popular de Sucre. Realizou trabalhos de organização e educação entre os camponeses. Foi diversas vezes perseguida e encarcerada apesar de seu precário estado de saúde. Deixou vários escritos de caráter teórico e se destacou na luta pela defesa dos direitos da mulher. (LORA, Guillermo. *Diccionario Político Histórico y Cultural*. La Paz. 1986.)

“Sem teoria revolucionária não há prática revolucionária” (Lênin)

Iniciamos no Massas 274 uma seção de formação política sobre os clássicos do marxismo. Apresentaremos extratos das obras, o que não substitui sua leitura integral, com a finalidade de destacar os conceitos ali formulados. Começamos pelo Manifesto do Partido Comunista, de 1848, escrito por Marx e Engels de acordo com a resolução do Congresso da Liga dos Comunistas, de 1847, por ser o primeiro programa da classe operária e por se constituir num dos textos fundamentais do Socialismo Científico. Para uma melhor compreensão, recomendamos a leitura do texto “As três fontes constitutivas do marxismo”, de Lênin (já publicado no Massas).

12. O papel das classes não proletárias

As camadas médias (Mittelstände), o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês, combatem a burguesia para salvar da ruína (Untergang) sua própria existência como camadas médias. Não são portanto revolucionárias, mas conservadoras. Mais ainda, são reacionárias, pois procuram fazer retroceder a roda da história. Quando se tornam revolucionárias, é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; defendem então seus interesses futuros, não seus interesses presentes, abandonando seu próprio ponto de vista pelo do proletariado.

13. O proletariado é a classe dirigente da revolução

As condições de existência da velha sociedade já estão anuladas nas condições de existência do proletariado. O proletário é sem propriedade; suas relações com a mulher e os filhos nada têm de comum com as relações familiares burguesas; o moderno trabalho industrial, a moderna subjugação ao capital - idêntica na Inglaterra e na França, na América e na Alemanha -, despojou-o de todo caráter nacional. As leis, a moral, a religião, são para ele meros preconceitos burgueses, por detrás dos quais se ocultam outros tantos interesses burgueses.

Todas as classes que no passado conquistaram o poder procuraram consolidar a posição já adquirida submetendo toda a sociedade às suas condições de apropriação. Os proletários não podem se apoderar das forças produtivas sociais a não ser suprimindo o modo de apropriação a elas correspondente e, com isso, todo modo de apropriação existente até hoje. Os proletários nada têm de

seu para salvaguardar; têm para destruir toda a segurança privada e todas as garantias privadas até aqui existentes.

Todos os movimentos precedentes foram movimentos de minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento independente da imensa maioria no interesse da imensa maioria. O proletariado, estrato (Schicht) inferior da atual sociedade não pode erguer-se, pôr-se de pé, sem que salte pelos ares toda a superestrutura (Überbau) dos estratos que constituem a sociedade oficial.

14. Luta nacional / internacional

Não por seu conteúdo mas por sua forma, a luta do proletariado contra a burguesia é num primeiro tempo uma luta nacional. O proletariado de cada país deve evidentemente acabar antes de mais nada com a sua própria burguesia.

15. Derrubada violenta da burguesia

Esboçando as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, seguimos a guerra civil (Bürgerkrieg) mais ou menos oculta dentro da sociedade atual, até o momento em que ela explode numa revolução aberta e o proletariado funda sua dominação com a derrubada violenta da burguesia.

16. Impotência histórica da burguesia

Fica assim evidente que a burguesia é incapaz de continuar por muito mais

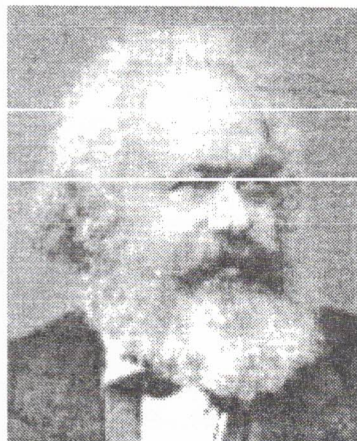
tempo sendo a classe dominante da sociedade e de impor à sociedade, como lei reguladora, as condições de existência de sua própria classe. É incapaz de dominar porque é incapaz de assegurar a existência de seu escravo (Sklaven) em sua escravidão, porque é obrigada a deixá-lo cair numa situação em que deve alimentá-lo ao invés de ser por ele alimentada. A sociedade não pode mais existir sob sua dominação, quer dizer, a existência da burguesia não é mais compatível com a sociedade.

A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros. Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

17. Distinção dos partidos comunistas

Os comunistas distinguem-se dos outros partidos proletários apenas em dois pontos: de um lado, nas diversas lutas nacionais dos proletários, destacam e fazem prevalecer os interesses comuns, independentes da nacionalidade, de todo o proletariado; de outro lado, nas diferentes fases de desenvolvimento por que passa a luta entre proletariado e burguesia, representam sempre os interesses do movimento em seu conjunto.

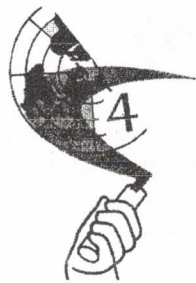
Na prática, portanto, os comunistas constituem a parte mais resoluta dos partidos operários de todos os países, a parte que impulsiona sempre mais avante; quanto à teoria, têm sobre a restante massa do proletariado a vantagem de uma compreensão (die Einsicht) das condições, do andamento e dos resultados gerais do movimento proletário.



Nesta edição:

- Resoluções do Congresso do POR boliviano
- Guerra civil no Haiti e a intervenção do imperialismo é parte da crise mais geral na América Latina

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia

Resoluções do Congresso do POR boliviano

Publicamos neste número a segunda e última parte das resoluções do recente Congresso Nacional do POR boliviano, em avaliação a recente rebelião popular e formula a política revolucionária para a situação.

Agudização da luta de classe. Polarização política

A burguesia em seu conjunto e também seu governo de turno carecem de capacidade para resolver os problemas econômicos, sociais e políticos, que vêm se agudizando de maneira veloz, particularmente àqueles que se referem à miséria extrema e ao desemprego massivo. As massas radicalizadas vão chegando à conclusão de que o governo de Mesa carece de capacidade e de possibilidades para cumprir essa tarefa. Os grupos empresariais estão convencidos de que o Poder Executivo não poderá satisfazer suas demandas. Esse processo vem se polarizando com a conclusão de que o Presidente Mesa não tem apoio popular e todos chegam ao convencimento de que não há possibilidades de cima que imponham soluções às dificuldades com as quais todos os dias a população se choca.

Os setores burgueses e não poucos da classe média tendem a dar as costas ao governo que se orienta a reeditar as saídas do tipo movimentista, as quais nenhum setor do país dá respaldo. As esperanças das camadas da classe média vão se esfumando rapidamente e ocorre o mesmo com o campesinato.

As massas radicalizadas vão se concentrando rapidamente e, por isso, se coloca em evidência que seus problemas fundamentais se referem à quebra e carência de uma direção capaz de conduzi-las para a vitória. Os setores de base vão se movimentando por si mesmos e, instintivamente, adotam posições radicais que se entroncam na política revolucionária que aflora como tradição, chegando às massas como reflexo da política revolucionária anterior. Assim se abre a possibilidade de vitória das massas combatentes, sempre que, em seu caminho, se depare com a linha política, que pode ser anunciada pelo marxismo-leninismo-trotskismo (POR).

O fato que deve ser assinalado e que vai se convertendo em muralha, que pode concluir impedindo que avance até a vitória a luta da nação oprimida pelo imperialismo (multinacionais), refere-se a que as direções dos partidos, que vinham sendo considerados como esquerdistas e próprios dos explorados, se deslocaram

abertamente para as posições da burguesia, do imperialismo. Virada radical que foi apresentada como rechaço de toda postura esquerdista, de maneira que se converteu como defesa forçada da 'democracia', certamente inexistente no país, como consequência da extrema debilidade da burguesia nativa e da miséria agudizada, que impossibilitam um desenvolvimento gradual e legal por intermédio do parlamento.

Há tempo que sustentamos que a política dos partidos das massas confinadas na pequena propriedade privada (do campesinato e de setores da classe média) é tipicamente pró-burguesa. A comprovação do que sustentamos comparece na declaração do MAS e repetida por seu seguidores de outras agremiações, no sentido de que toda sua atividade se concentra em ganhar o apoio dos diversos setores sociais, sobretudo da própria burguesia, para chegar à Presidência pacífica e democraticamente. Estas agremiações políticas se desmascararam e se apresentam como porta-vozes da política burguesa.

No campo político, não há outro partido revolucionário, como o POR. Os outros agrupamentos considerados 'esquerdistas' se deslocaram para o campo do inimigo de classe. O que agora se coloca é que os trotskistas penetrem sem tardar no seio das massas, organizem células poristas e através delas dirijam a luta para a vitória da revolução proletária.

Governo de Mesa: continuação de Goni

Mesa se mata de rir dos bobos, convenceu-os de que era negação de Goni, capaz de dominar o poder econômico - o petróleo, o governo chileno - e de libertar os camponeses, operários etc. Esqueceu-se de que chegou ao Palácio Queimado como vice de Goni, como seu lacaios, como cachorro de embaixada ianque (continua sendo isso e homem da burguesia). Os oportunistas, aventureiros, burocratas corruptos do sindicalismo, em seu carreirismo político, econômico e social, esqueceram que é nosso dever elementar combater a burguesia e seus partidos, seu governo de turno.

Ninguém que respeite os operários e camponeses pode apoiar qualquer governo burguês, confundir-se com ele ou prestar-lhe apoio, como têm feito os aventureiros disfarçados de sindicalistas.

O mais grave é que Mesa, como seu pai Goni, continua sendo laçao dos ianques, esmera-se em cumprir tudo que ordena seu amo imperialista, que tornou a Bolívia sua colônia.

Para os politiquieiros burgueses não existe a obrigação de recuar a soberania nacional, são cínicos a ponto de sustentar que lutam pela vigência da democracia representativa. Ninguém ignora que nós bolivianos temos de sepultar estes sem-vergonhas.

Chegou a hora de concretizar a revolução social, para sepultar os governos e politiquieiros burgueses. Somente assim imporemos nosso próprio governo e a democracia direta.

Não aceitamos a ditadura burguesa

Que deixe de nos zombar! Não aceitamos a ditadura da burguesia, nem da atual nem de nenhum de seus governos, que servem ao imperialismo (às multinacionais). É hora dos oprimidos, dos explorados, imporem sua ditadura, para que a Bolívia deixe de ser colônia ianque, cesse a miséria extrema, o desemprego massivo etc.

A crise econômica extrema, expressa no agravamento da imoralidade, da miséria e desemprego, é a trombeta que anuncia a urgência da revolução social e o enterro da ditadura da burguesia em decomposição. A resposta popular será revolucionária se se acaba com a ditadura destrutiva, retrógrada, da atual classe dominante, e impõe a ditadura proletária.

Não se trata da mudança de pessoas, mas de expulsar do poder a burguesia, de enterrar os politiquieiros da classe dominante, corruptos e imbecis ao extremo. Atualmente o governo se dedica a pedir esmola para tudo. Os ditadores estrangeiros anunciaram que não darão nenhum centavo mais se não se explica porque o dinheiro desaparece nas mãos dos governantes.

Os bolivianos não querem que um burguês seja substituído por outro da mesma classe no poder. Lutamos para expulsar o governo dos politiquieiros burgueses. Buscamos o governo do povo. Esse será o governo do proletariado (o governo operário e camponês). Rechaçamos os politiquieiros despóticos que atuam de costas para o povo, buscamos o governo deste. Os encarregados de cumprir tarefas recebem as ordens dos cabildos abertos, estarão controlados por estes.

Os melhores cidadãos (que receberão os mesmos salários destinados aos operários) não farão o que queiram, executarão o que exige a população nos cabildos, de funcionamento permanente. Então os bolivianos serão livres e se auto-governarão, às margens dos ladrões e cretinos.

Autodeterminação das nacionalidades nativas

Dos objetivos que podem materializar unicamente o governo operário e camponês (ditadura do proletariado):

1. Recuperação de todas as terras usurpadas das nacionalidades nativas ao longo dos séculos, mediante a ação direta. Então se materializará o livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca, incluindo sua transformação em cocaína;

2. Autodeterminação das nacionalidades oprimidas, de maneir-

ra que se constituam em Estados soberanos.

Sem a materialização dessas reivindicações fundamentais, não se pode falar da libertação das massas camponesas. A ditadura do proletariado não pode se dar em meio à opressão das nacionalidades nativas.

Não estamos falando de uma dádiva da ditadura do proletariado, mas de uma conquista alcançada por meio da luta revolucionária das massas subjugadas e exploradas (camponeses e setores majoritários da classe média), sob a direção revolucionária do proletariado. A ditadura do proletariado é inconcebível em meio à opressão das nacionalidades camponesas nativas.

O proletariado, por sua ditadura, não pode ser governo se as nacionalidades nativas continuem subjugadas. A autodeterminação nacional é inseparável da ditadura proletária, que se projetará para a eliminação do Estado (incluindo a ditadura do proletariado).

A tarefa imprescindível é a educação e mobilização da maioria nativa pela classe operária, altamente politizada em meio à incultura imperante no seio dos setores majoritários do país.

As imposturas burguesas

O referendo, a Constituinte, as leis e decretos, suas reformas, os debates parlamentares, não passam de imposturas burguesas. Basta de tanta chacota, o povo a rechaça! É hora da revolução social, de enterrar o capitalismo, de marchar para o comunismo! Para a classe dominante e seus serviçais tudo se reduz a que o Parlamento (este, na Bolívia, não é mais do que autofalante do Executivo, pela simples razão de que não conhecemos a 'democracia' burguesa) aprove, modifique, revise disposições legais, isto é, que se mova nos marcos do ordenamento jurídico imposto pela classe dominante, a fim de defender seus interesses e das multinacionais (imperialismo).

As leis, a Constituição e as reformas, que o Parlamento introduz, são ações destinadas a assegurar, defender, os direitos e privilégios da burguesia. O peso deste mecanismo é descarregado cingidamente sobre o povo, sobre os setores populares. O povo, setores populares da população, tem de suportar todo o peso das disposições legais. Busca-se com insistência garantir o bem-estar e privilégios dos ditadores e exploradores.

O povo está rebelado contra a classe dominante, seu Estado e o governo, seu ordenamento jurídico. As manobras parlamentares são contrárias aos interesses populares e nacionais. Mentem aqueles que dizem que, ingressando no parlamento e somando-se ao governo burguês, reconhecendo seu ordenamento jurídico, os explorados e oprimidos se libertarão. Mentem para não apontar os organismos criados pela burguesia para defender seus interesses, para não reconhecer manobras legais nem parlamentares, que só favorecem aos de cima. A modificação da Constituição e o apoio à Constituinte não farão desaparecer os opressores e exploradores, não podem senão sujeitar sua obra antipopular a algumas formalidades.

Tudo isso é ordem social burguesa e temos de combatê-la.

Não procuramos chegar ao Parlamento para fabricar leis burguesas e muito menos nos integrar ao Parlamento burguês para servir ao imperialismo e aos exploradores e opressores. Não é nosso objetivo servir à classe dominante, estando no governo ou na oposição. A política revolucionária do proletariado objetiva impul-

chegar a nação oprimida pelo imperialismo (frente antiimperialista) para o poder, a ditadura do proletariado (governo operário e camponês) para enterrar a burguesia e o imperialismo colonizador, instaurar o governo do povo.

Faremos a revolução nas ruas, com as armas, destruiremos a classe burguesa e premos em vigência o Estado operário, ditaremos disposições para garantir nossos direitos.

A ação direta de massa, a violência revolucionária (os explorados e oprimidos empunharão as armas) tem de ganhar o melhor das Forças Armadas e da polícia para a política do proletariado. É preciso fortalecer politicamente o melhor das organizações, impulsionando politicamente a tendência revolucionária 'Vivo Rojo' cujo programa merece uma ampla difusão.

Necessidade da luta internacional

A aguda crise econômica e desintegração do capitalismo é um fenômeno mundial. Se o proletariado não consegue destruir a ordem social burguesa apodrecida, precisamente agora, a sociedade humana será empurrada para a barbárie, cujas manifestações já se percebem.

Não estamos falando de que os 'esquerdistas' avermelhados se unam no cume do poder com os burgueses, uma das maiores calamidades concebíveis. Está colocada a necessidade inadiável de que a revolução proletária, chamada a conduzir a sociedade humana para o comunismo, se materialize agora.

É preciso assinalar que não podemos nos limitar ao trabalho revolucionário em alguns países, buscamos a revolução proletária internacional. De maneira obrigatória, o movimento marxista-leninista-trotskista, que luta em alguns países, tem de se apoiar e se potenciar graças ao respaldo do internacionalismo proletário.

A revolução proletária, isto é, a luta pelo comunismo, precisa, para se impor, de um poderoso partido marxista mundial, a IV Internacional, cujo fortalecimento é tarefa de agora. Exigimos a análise autocrítica do trabalho que se realiza na Bolívia.

Os Estados Unidos Socialistas da América Latina

No continente, o antecedência dessa bandeira se encontra nos esforços de Simon Bolívar e outros patriotas por unificar os países latino-americanos que acabavam de se libertar. Atualmente os governos dependentes do imperialismo se esqueceram da pregação do Libertador. O POR luta por materializar os Estados Unidos da América Latina.

A esquerda dos anos 20 do continente, em seu seio aqueles que proclamavam seu marxismo e inclusive os marxistas, levantaram a bandeira de 'União Americana' (entre outros, Gabriel René Moreno e outros intelectuais). Estes 'radicais' eram elementos saídos da classe média e poucos das camadas dominantes.

Esse radicalismo foi se diluindo na medida em que os Estados Unidos da América do Norte encurralaram a Inglaterra e acabou colonizando os latino-americanos, como é o caso da Bolívia. Os intelectuais se calaram e seguiram em silêncio as ordens ianques.

Os Estados Unidos Socialistas da América Latina serão a unidade do continente dirigido pelo proletariado, não pela burguesia.

A revolução social será proletária porque tem de se concretizar nos marcos do capitalismo mundial. Isto exige que os movimentos

nacionais se apoiem no internacionalismo proletário, para poder chegar ao comunismo. Dizemos que, se a revolução começar na Bolívia, necessariamente se internacionalizará, procurando efetivar os Estados Unidos dos países latino-americanos. Só assim poderemos derrotar o imperialismo ianque.

É preciso trabalhar para impor os Estados Unidos Latino-americanos. Os partidos revolucionários devem lutar com essa consigna.

Os Estados Unidos Socialistas da América Latina solucionarão, entre outros, o problema boliviano de saída ao mar

Hoje, em meio à crise descomunal do capitalismo mundial e do império das poderosas e corruptas multinacionais, a pretendida solução das dificuldades, que enfrentam os diversos países, somente é concebível nos marcos da satisfação dos interesses do colosso imperialista norte-americano. Os países pequenos, apesar de sua miséria e pouco desenvolvimento, são obrigados a suportar as consequências desastrosas da desagregação do capitalismo.

A revolução proletária permitirá eliminar, pela raiz, todos os problemas que açoitam a sociedade boliviana.

A revolução social ou proletária acabará com o capitalismo putrefato, com a opressão imperialista e com as crises econômicas cíclicas da burguesia.

Esta transformação qualitativa da sociedade permitirá eliminar, pela raiz, todos os males atuais da sociedade humana.

Abrirá um período de amplo desenvolvimento das forças produtivas, isto eliminará as consequências desastrosas da grande propriedade privada burguesa dos meios de produção (multinacionais), que será substituída pela propriedade social.

O desenvolvimento comunista da sociedade se encaminhará para superar as fronteiras nacionais atuais, para impor a Pátria Universal, cimentada na cooperação franca dos países atualmente fechados em suas fronteiras.

Por isso dizemos que a revolução liderada pela classe operária permitirá solucionar de maneira natural os grandes problemas que enfrentamos. A revolução solucionará de uma maneira natural o problema da mediterraneidade da Bolívia.

Atualmente, a luta revolucionária das massas bolivianas se vê fortalecida, potenciada em todos os sentidos, porque se apóia no internacionalismo proletário, fundamento para a existência e desenvolvimento da Quarta Internacional, cuja política é o marxleninismo-trotskista.

Sabemos, por experiência própria, que só os bolivianos, movendo-se conforme a vontade e os ditames do imperialismo norte-americano, chocando com os interesses da classe dominante dos outros países, não poderão solucionar nossos problemas cruciais. Já sabemos que na sociedade capitalista atual, a política internacional (uma de suas expressões são as reivindicações da reconquista da saída soberana ao mar) é a política interna executada por meios particulares.

Isto quer dizer que chegaremos ao mar unicamente se o nosso grande desenvolvimento econômico nos permitir chegar pelo caminho da guerra. Agora tal perspectiva está fechada, pela nossa debilidade econômica e porque a Bolívia é colônia ianque.

O correto: Para chegar ao mar temos de consumir a revolução e atuar apoiando-nos no internacionalismo proletário.

Documento aprovado pelo Congresso do POR 2004

Haiti

Guerra civil no Haiti e a intervenção do imperialismo é parte da crise mais geral na América Latina

O Haiti, uma das semicolônias mais pobres da América Latina, novamente se vê assolado pelos choques entre rebeldes e forças militares do governo Jean-Bertrand Aristide. As frações oposicionistas exigem a sua renúncia, acusando-o de corrupção e fraude eleitoral. As denúncias se acirraram após as eleições legislativas de 2000, na qual o partido Lavalas (do governo) obteve a maioria de parlamentares. As eleições presidenciais, novembro do mesmo ano, boicotadas pela oposição, reelegeram Aristide para um mandato até 2006.

Os conflitos se agudizaram e as forças oposicionistas acusam o Presidente da República de ser o responsável pelas mortes, saques e manifestações por todos os lados. Por outro lado, as potências imperialistas, Estados Unidos e França, procuram uma saída negociada entre oposição e governo, prevalecendo o intervencionismo estrangeiro sobre o país.

Diante da guerra civil instalada, o governo PT/Lula limitou-se a preparar a retirada dos brasileiros e apoiar o intervencionismo imperialista, que se utiliza da bandeira de solução pacífica por meio de um acordo entre as forças rebeldes e o governo.

Uma nação oprimida e uma história de golpes

O Haiti, localizado no Mar do Caribe, conquistado pelos espanhóis e cedido à França em 1697, foi colônia até 1804. Com a independência, os Estados Unidos ocuparam o país entre 1915 e 1934.

A semicolônia haitiana nunca pôde consolidar sua soberania. De colônia, exploração direta pelas potências européias, passou a condição de semicolônia, controlada pelos interesses imperialistas norte-americanos, que vêem a região como estratégica para a política militarista.

A ocupação pelos Estados Unidos em 1915 foi justificada como necessidade para evitar a intervenção francesa. Após a ocupação, os Estados Unidos empossaram um governo (Dartiguenave) mediante a imposição de um acordo que legalizava o intervencionismo. Por meio desse acordo, os Estados Unidos criaram uma força militar haitiana sob seu comando, podiam nomear responsáveis aos cargos estratégicos do governo (a exemplo de um conselho que assessorava o Ministro da Fazenda) e estavam autori-

zados a realizar qualquer ação que considerassem necessária para manter a ordem estabelecida. Por vinte anos, o governo do Haiti foi composto por militares e funcionários norte-americanos, tidos como pertencentes aos "serviços do Tratado".

Durante a ocupação dos Estados Unidos, ocorreram revoltas - a exemplo da Rebelião do Caco, motivada pelos métodos brutais de exploração e que deixou cerca de 2000 mortes -, greves e manifestações estudantis antiimperialistas, que obrigaram os Estados Unidos a dar uma feição mais nacional à ocupação. Para isso, militares e funcionários norte-americanos foram substituídos por representantes da débil burguesia haitiana.

A eleição de François Duvalier, 1957, e a ditadura do regime dos tontons macoutes impuseram ao país o terror. Setores oposicionistas foram eliminados. A família "Papa Doc" governou até 1986, destituída pelo golpe do general Henri Namphy. As eleições de 1990 resultaram na vitória de Jean Bertrand Aristide, um padre da teologia da libertação, considerado esquerdista. Em menos de um ano, foi deposto pelo general Raoul Cédras. Os Estados Unidos intervieram em favor de Aristide, com o argumento intervencionista de defesa da democracia. Os Estados Unidos decretaram sanções econômicas. Navios de guerra cercaram a ilha e fuzileiros navais estiveram a ponto de ocupar o país. Sob esse cerco, finalmente, em 1994, Aristide reassume a presidência sob a proteção dos Estados Unidos, o exército haitiano é dissolvido e tropas da ONU ocupam o país.

Com a maioria no Parlamento, o Movimento Lavalas (frente de três partidos ligados a Aristide) elegeu para presidente René Préval. Mas logo em seguida, a frente se desfaz e Aristide criou o partido Família Lavalas. As eleições que vieram em seguida deram vitória ao partido de Aristide, que o fez presidente em novembro de 2000.

A democracia eleitoral no Haiti sequer pôde ter vigência. Foram 32 golpes e um único presidente eleito (Aristide), desde a sua independência. Aristide, que foi recolocado no poder com a ajuda de Bill Clinton e da força militar de 20 mil soldados americanos, em 1994, que contava com a apoio da maioria da população, se vê descreditado pelo povo que clama por fim da

miséria e da corrupção.

Os Estados Unidos empregaram desde 1994 por volta de 3 bilhões de dólares, principalmente com gastos militares para garantir a intervenção. A chamada ajuda humanitária caiu de 170,3 milhões de dólares em 1995 para 75 milhões, no ano passado. Com os escândalos constantes de corrupção governamental, com outros interesses internacionais (Guerra no Golfo Pérsico, Somália, Oriente Médio etc), os Estados Unidos reduziram a "ajuda econômica" e deixaram à deriva o governo títere.

Na atual crise, a renúncia de Aristide passou a ser negociada de fora para dentro pelas potências como meio para conter o avanço das forças oposicionistas, que não controlam mais a explosão das massas famintas.

O avanço das forças rebeldes

Os grupos armados são dirigidos por ex militares. O principal deles é a Frente de Resistência de Gonaives, dirigida por Guy Philippe, antigo aliado de Aristide, que conta com o apoio de uma parte da população. O movimento tomou cidades importantes, libertou presos das cadeias, ergueu barricadas, bloqueou estradas e avança em direção à capital e ao Palácio Nacional. As forças rebeldes enfrentam a resistência policial de Aristide, acusados de serem mercenários pagos para desfechar sangrentos golpes à população e conter o avanço dos homens de Philippe.

Cercado por todos lados, Aristide tem resistido e afirmado que pretende permanecer no governo até o final de seu mandato. O primeiro ministro Yvon Neptune responsabiliza a violência aos rebeldes, acusando-os de tentativa de mais um golpe. O ódio à polícia de Aristide se expressa nos atos de vingança quase canibais, desfechados pelos manifestantes populares.

Os setores oposicionistas, liderados pela Plataforma Democrática, realizaram manifestações também exigindo a renúncia de Aristide, mas levantando bandeiras contra a violência dos rebeldes.

Como se vê, de um lado as forças armadas rebeldes, de outro, os oposicionistas pacifistas pressionam a retirada de Aristide. O que obriga as potências imperialistas a negociar com essas frações a remoção do Presidente.

Estados Unidos e França exigem que os interesses imperialistas sejam preservados

Os Estados Unidos, que, inicialmente, propunham uma saída constitucional, se aliaram a França para remover o presidente Aristide. Receando uma intervenção militar direta, que poderia sofrer uma resistência das massas em rebelião, o Conselho de Segurança da ONU declarou o envio de força internacional de paz, com a condição de que haja um acordo político entre oposição e governo para pôr fim à guerra civil. Nesse primeiro momento, as frações rebeldes não aceitaram as negociações, exigem que Aristide entregue o poder. Frente a isso, os Estados Unidos passam a tomar a frente da ameaça intervencionista e, como em 1994, sitia a ilha com seus navios. Exigem dos rebeldes que aceitem um "governo de transição", composto por representantes governamentais e revoltosos.

Aristide e seus partidários estão aparentemente isolados do apoio das potências. Chegaram ao ponto de denunciar a conduta dos Estados Unidos e França em favor da exigência de renúncia do Presidente. Aqueles que serviram de canal do intervencionismo norte-americano, agora na iminência de ser derrubado do poder, procuram ganhar apoio de uma parte da população pousando de antiimperialista.

O governo PT/Lula se mostra intervencionista

Celso Amorim, Ministro das Relações Internacionais, em 1994, período que fez parte do governo brasileiro, assumiu posição contrária aos Estados Unidos de retornar Aristide ao poder, depois do golpe militar. Dizia que o Brasil não poderia apoiar a intervenção estrangeira no Haiti. Agora, à frente do governo PT/Lula, colocou-se favorável às negociações tramadas pelos Estados Unidos e França, que resultou no envio de força militar da ONU.

Isso mostra que a posição do PT é a do intervencionismo imperialista.

Autodeterminação do povo haitiano

O Haiti, com pouco mais de 8 milhões de habitantes, vive na extrema miséria. A maioria da população é analfabeta e somente 28% possuem as condições elementares de saneamento básico. Trata-se de um povo marcado pelo horror do colonialismo escravista francês e do intervencio-

nismo militar e econômico dos Estados Unidos. Sequer a democracia burguesa pôde ter vigência nesse país assolado pela fome e pelo golpismo militarista. Com uma economia agrícola, baseada na cafeicultura, não teve como assimilar e desenvolver a indústria. Sua burguesia se reduziu a uma oligarquia agrária, que não alcançou se constituir em uma burguesia nacional.

A história haitiana é marcada pelos levantes escravos na época colonial, revoltas pela independência e, já como semicolônia, pelo encadeamento de rebeliões militares, acompanhados levantes populares. O domínio colonialista e, em seguida, imperialista nunca foram eliminados. Diante das disputas das frações militares, o imperialismo intervém para manter submisso o governo e assegurar seus interesses. A Espanha perdeu o Haiti para a França e, logo que os Estados Unidos ganharam estatura de potência mundial, passaram a ocupar o lugar do imperialismo francês. O domínio do Haiti pelos Estados Unidos se deu no bojo do expansionismo norte-americano por toda a América Latina. Enfraquece o poder da Inglaterra e se agiganta a dos ianques.

O intervencionismo econômico e militar no Haiti não é assim um fato isolado. Integra a estratégia de domínio imperialista em todo o continente latino-americano. Os governos semicoloniais se mostram impotentes e coniventes frente a hegemonia dos Estados Unidos imposta econômica e militarmente. A conduta do governo Lula, nesse exato momento, reflete a submissão geral das burguesias latino-americanas.

As frações militares haitianas, em constante conflito em torno do Estado oligárquico, expressam a não constituição da burguesia nacional industrializante e formação de uma ampla classe média abastada. Os 32 golpes atestam a condição de um país semicolonial super atrasado, saqueado pelo imperialismo e povoado por uma massa de miseráveis. Essas frações se apoiam nessas massas, que se levantam contra a miséria, acreditando que a solução virá com um novo governo militarista. Está aí o grande problema da revolta heróica dos oprimidos contra governos pró-imperialistas e venais. Dão o poder a uma nova fração militarista, compromissada com a oligarquia latifundiária e comercial, e incapaz de emancipar o Haiti do domínio imperialista.

A tarefa histórica das massas oprimidas é constituir o partido da revolução proletária. O que quer dizer uma terramenta que tenha em seu programa a independência do Haiti, a expropriação dos latifundiários e dos grandes proprietários, a

expulsão do imperialismo e domínio integral da economia pela população que trabalha. O partido revolucionário que tenha, por essência, esse programa só pode ser internacionalista. É o partido marxista-leninista-trotskista.

A luta antiimperialista tem de estar sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da América Latina

Os trabalhadores brasileiros devem rechaçar a posição do governo do PT/Lula de aceitar o intervencionismo franco-americano no Haiti. Defender a autodeterminação dos povos. A melhor maneira de enfrentar a prepotência do imperialismo é começar a combatê-lo internamente.

O Brasil, apesar de ser uma semicolônia, infinitamente mais desenvolvida do que o Haiti, encontra-se nas mesmas condições de submissão e de saque. A luta contra o imperialismo é revolucionária. Não pode ser encarada como manobra nacionalista ou de ilusões pequeno-burguesas de soberania sem ruptura com o capitalismo mundial, caracterizado pelo domínio do capital financeiro, dos monopólios industriais e comerciais. Esse combate é de ordem histórica. O que quer dizer que para derrotar as potências é necessário que o proletariado de cada país se organize em seções da IV Internacional, que deve ser reconstituída na forma do Partido Mundial da Revolução Socialista.

A luta estratégica para vencer o imperialismo é a do unificação latino-americana em um Estado Socialista da América Latina. O intervencionismo no Haiti se dá ao mesmo tempo em que os Estados Unidos insuflam a derrubada do governo nacionalista na Venezuela, penetram mais a fundo militarmente na Colômbia, ditam ordens ao governo boliviano - que assumiu o poder sobre um levante popular, sufocam a economia Argentina, usam o gigantesco endividamento do Brasil para exigir do governo PT/Lula cumprimento dos acordos pró-imperialistas, têm nas mãos o governo do Equador - que também ocupou o poder do Estado depois dos levantes indígenas, submetem o México por meio do Nafta e fazem do Estado chileno um ponta de lança para impor a Alca.

Os colonizadores imperialistas e saqueadores do Haiti são os maiores responsáveis pelo atraso, pelo militarismo, pela corrupção, pela manutenção da oligarquia latifundiária-comercial e pela fome da maioria explorada. Eis por que as lutas internas têm de se transformar em antiimperialista e anticapitalista.